



Universidade de Brasília  
Instituto de Relações Internacionais  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
XVII Curso de Especialização em Relações Internacionais

**A Atuação do Brasil na Estabilização Política na América do Sul: o  
Caso da Crise Venezuelana em 2002/2003**

**Daniel Carneiro de Jesus**

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção de título  
de especialista em relações internacionais**

**Orientador: Professor Doutor Antônio Carlos Lessa**

**Brasília**

**2015**

## **RESUMO**

Com base na atuação do Brasil de modo a superar a crise político-social na Venezuela (2002/2003), esse artigo demonstra que a estabilidade política sul-americana, nas últimas décadas, conta com a atuação efetiva da Política Externa brasileira. A atuação na Venezuela é analisada sobretudo no tocante ao papel decisivo do Brasil na criação e na atuação do Grupo de Países Amigos do Secretário-Geral da OEA para Venezuela, o qual foi fundamental para superação do conflito. Ademais, demonstra-se a crescente importância dos princípios democráticos na ação externa brasileira. Nesse contexto, destaca-se, também, a parceria não declarada entre Brasil e Estados Unidos a fim de manter a estabilidade política na América do Sul.

**Palavras-chave:** estabilidade da América do Sul; Política Externa do Brasil para América do Sul; Brasil e a crise venezuelana

---

## **ABSTRACT**

Based on the Brazil's role in overcoming the social and political crisis in Venezuela (2002/2003), this Article demonstrates that the South America political stability, in the last decades, count on the effective proceeding of the Brazilian Foreign Policy. The Brazilian procedure in Venezuela is analyzed specially related to the decisive role played by Brazil on the creation and the accomplishments of the Group of Friends of the OAS General-Secretary for Venezuela, which was crucial to overcoming the conflict. Moreover, this work demonstrates the increasing importance of the democratic principals on the Brazilian Foreign Policy. In this context, the Article also highlights the undeclared partnership between Brazil and the United States in order to maintain the stability in South America.

**Keywords:** South America stability; Brazilian Foreign Policy for South America; Brazil and the Venezuelan crisis.

## **Introdução**

Histórico e geopoliticamente, a América do Sul é a região de maior relevância para o Brasil. Por conseguinte, ela constitui objeto de atenção de parte substancial da Política Externa brasileira. Nesse contexto, o presente artigo busca identificar qual o papel desempenhado pelo Brasil na estabilização da Venezuela, na crise ocorrida em 2002/2003. Para realizar essa análise, leva-se em consideração o histórico de atuação do Brasil na estabilização política do subcontinente, nas últimas décadas. Nesse sentido, além de tratar, de modo detalhado, da crise venezuelana, discorre-se a respeito da atuação do país para superação das crises ocorridas no Suriname (1983) e no Peru (1992).

O tema sob análise é oportuno e pertinente aos estudiosos de relações internacionais, que buscam compreender melhor as implicações da crise venezuelana nas relações desse país com seus vizinhos e na estabilidade regional. Há, também, interesse grande do meio empresarial brasileiro em relação à situação na Venezuela. A título exemplificativo, observa-se que em 2014 o superávit comercial brasileiro em relação à Venezuela foi de US\$ 3,45 bilhões. Especialistas calculam que empresas brasileiras têm contratos com o país vizinho que podem chegar a US\$ 20 bilhões.

A relevância desse tema para o governo brasileiro é, ainda, mais perceptível. Entre diversas justificativas, cita-se o interesse em manter a estabilidade política regional, os laços históricos existentes entre Brasil e Venezuela e o estreitamento das relações político-econômico-diplomáticas entre os dois países, nas últimas décadas – com destaque para o período pós-ascensão de Hugo Chávez ao poder, em 1999.

A análise foi estruturada em quatro seções além dessa introdução e da conclusão. Na primeira seção, analisa-se a crise venezuelana. A fim de contextualizar o conflito, apresenta-se o período de estabilidade política alcançado pelo *Punto Fijo*.

Nessa primeira seção, analisa-se, também, o surgimento e a ascensão política de Hugo Chávez, bem como procura mostrar que as reformas político-institucionais, iniciadas já no primeiro ano de seu governo, desencadearam reação de setores mais conservadores da sociedade que levou à crise político-social ocorrida a partir de

2001.

Ademais, examina-se as primeiras manifestações contrárias ao Governo Chávez – principalmente, à Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário e à Lei Orgânica de Hidrocarbonetos. Segue-se apresentando a tentativa de golpe ocorrida em abril de 2002, bem como a atuação da comunidade internacional que, inicialmente, se dividiu: parte apoiou e parte rechaçou o golpe que destituiu o Governo Hugo Chávez. Conclui-se a primeira parte ao tratar da greve da indústria petrolífera e suas consequências para a economia do país.

A segunda seção examina o processo de negociação. Nessa seção, apresenta-se os agentes e as instituições facilitadoras da negociação, bem como todo o processo negocial. Destaca-se as fases e as ações de maior relevância. Discorre-se, nesse contexto, sobre a criação e a atuação do Grupo de Países Amigos do Secretário-Geral da OEA para Venezuela, que consistiu em grupo de apoio político-diplomático – criado por iniciativa do governo brasileiro –, com papel relevante na construção de confiança entre as partes negociadoras.

A terceira seção tem como escopo comparar a atuação brasileira em conflitos regionais anteriores – de características parecidas – com o papel desenvolvido pelo Brasil na crise da Venezuela. Para tanto, discorre-se a respeito de crises políticas no Suriname e no Peru. Nesse sentido, busca-se, sobretudo, pontuar os princípios que nortearam a Política Externa brasileira para o subcontinente.

Na última seção, analisa-se as Relações Brasil – Estados Unidos no tocante à estabilização da América do Sul, bem como trata-se da atuação dos dois países, especificamente, na crise venezuelana.

### **A crise venezuelana no período 2002/2003.**

A crise política enfrentada pela Venezuela no biênio 2002/2003 tem na eleição de Hugo Chávez sua causa mediata e nas reformas político-institucionais, por ele implementadas, as causas imediatas. Nesse sentido, afirma-se que o esgotamento político do Pacto de *Punto Fijo* somado à crise econômico-social causada pela redução do preço do petróleo a partir de 1984, bem como pelo agravamento da dívida externa nos anos oitenta e, sobretudo, pelas medidas de restrição orçamentária

e de privatização das empresas públicas desencadearam descontentamento generalizado, na Venezuela, com os políticos e com a política tradicionais.

Esse descontentamento foi decisivo para a ascensão política rápida do Tenente-Coronel da Reserva Hugo Rafael Chávez Frias. A fim de tratar de modo detalhado a respeito da referida crise político-econômico-social, discorre-se, de modo sucinto, sobre: o contexto histórico que antecedeu a ascensão política de Hugo Chávez; a eleição na qual ele se sagrou vitorioso; as reformas implementadas em seguida; a reação de setores da sociedade às reformas; a tentativa de deposição do presidente, ocorrida em abril de 2002; a reorganização dos opositores e o recrudescimento das ações oposicionistas a partir de dezembro de 2002.

Para se compreender a crise em questão, necessário se faz retroceder um pouco na história político-econômica da Venezuela. Diferente dos demais países sul-americanos, a Venezuela experimentou período longo de democracia estável na segunda metade do século XX. O Pacto de *Punto Fijo*, firmado entre os três principais partidos venezuelanos em 1958, deu início à fase de estabilidade democrática após queda da ditadura de Marcos Perez Jiménez. O equilíbrio *puntofijista* sustentou-se, politicamente, na estrutura bipartidária composta pela *Acción Democrática* (AD) e pelo Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI).

Economicamente, a sustentação veio da exportação de petróleo, principal fonte de moeda forte desse país. O “rentismo” petrolífero teve seu auge no período de 1973-1984, como consequência das altas nos preços internacionais desse produto, forçadas pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) – cartel do qual Venezuela é sócio-fundador e membro atuante. Na esfera internacional, a política adotada caracterizou-se pelo que ficou conhecida por Doutrina Betancourt. A sustentação social do *Puntofijismo* estava, sobretudo, na classe média urbana, beneficiária dos ganhos obtidos com a exportação do petróleo.

A partir de meados da década de oitenta, contudo, a Venezuela, assim como toda a América Latina, sofre revés econômico de grande magnitude. Os preços do petróleo caem de 1984 em diante e os serviços da dívida externa passam a ditar os rumos da economia. A exemplo do restante do subcontinente, a Venezuela, por orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI), adota medidas econômicas de

natureza restritiva. Destaca-se como consequências: aumento de desemprego, com a privatização de empresas públicas e o “enxugamento da máquina administrativa direta”; redução do poder de compra, em razão do aumento da inflação e do congelamento dos salários e estagnação da economia.

Esse quadro econômico desfavorável somado a sistema político incapaz de adotar medidas eficazes para atenuar a precarização do padrão de vida nas camadas mais pobres da população resultou na revolta social de 27 de fevereiro de 1989, conhecida por *El Caracazo*. O resultado desse episódio foram trezentos mortos, segundo o governo, ou mil, de acordo com organismos de direitos humanos, e milhares de feridos.

Agravou a situação político-econômica as acusações de corrupção contra o governo de Carlos Andrés Perez. Esses desvios levaram ao *impeachment* do referido presidente em 1993.

Influenciado por visão política à esquerda no espectro político venezuelano, portanto, contrário às medidas econômicas neoliberais adotadas, o, então, Tenente-Coronel Hugo Chávez comandou trezentos militares em tentativa de golpe contra o governo de Carlos Andrés Peres, em fevereiro de 1992. Até esse episódio, Hugo Chávez era apenas um anônimo oficial das Forças Armadas venezuelanas. Pela tentativa de golpe, ele foi condenado à prisão. Após cumprir dois anos de pena, o governo de Rafael Caldera o anistiou.

A partir daí, Chávez abandonou a vida militar e dedicou-se, integralmente, à política. Em 1997, fundou o Movimento V República (MVR) e, nas eleições presidências de 1998, apoiado por coligação de pequenos partidos de esquerda, denominada *Pólo Patriótico*, Chávez se elegeu com mais de 56% dos votos válidos. Assim, impulsionado por carisma pessoal, oratória contundente e crítica visceral ao sistema político pós-1958, Hugo Chávez soube capitalizar, a seu favor, a insatisfação dominante no eleitorado venezuelano (Villa, 2005), sobretudo aquele proveniente das classes menos beneficiadas historicamente.

Hugo Chávez significava mudança substancial no sistema e na organização político-institucional do Estado venezuelano e fez questão de deixar isso bem claro desde a campanha eleitoral. Seu discurso de campanha repetia que as instituições

políticas venezuelanas eram *podridas* e necessitavam ser reformuladas. De fato, para ele, o sistema político resultante do Pacto de *Punto Fijo* precisava ser “refundado”.

Ao assumir o governo em fevereiro de 1999, um dos primeiros atos como presidente foi decretar a realização de plebiscito a fim de convocar Assembleia Nacional Constituinte para votar nova constituição. Por meio de referendo realizado em 15 de dezembro de 1999, 72% dos votantes aprovaram a nova constituição venezuelana.

Entre as principais mudanças constitucionais, destacam-se: os cargos eletivos passaram a ser revogáveis por meio de referendo; o poder legislativo passou a ser unicameral; acrescentou-se, à república, o “Poder Eleitoral” e o “Poder Cidadão”; os membros ativos das Forças Armadas passaram a ter direito a voto; ampliou-se, substancialmente, os direitos dos povos indígenas; ampliou-se os poderes do Poder Executivo e a capacidade do Estado de intervir na economia.

Em decorrência da ampliação dos poderes do Executivo, o presidente passou a ter poder de legislar por meio de medidas provisórias, que foram denominadas de leis habilitantes. Em novembro de 2001, o presidente Hugo Chávez promulgou 49 leis habilitantes. Duas delas destacaram-se e foram decisivas no levante quase que imediato da oposição, na tentativa de golpe em abril de 2002 e na greve dos petroleiros em fins de 2002 e início de 2003.

Essas normas foram a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário e a Lei Orgânica de Hidrocarbonetos. A primeira autorizava a expropriação de áreas privadas maiores que cinco mil hectares. Essa lei tinha o objetivo de realizar a função social da terra, entendendo que é “necessário a eliminação integral do regime latifundiário, como sistema contrário à justiça, ao interesse geral e à paz social no campo”, conforme o próprio texto da nova Constituição.

Entre os principais aspectos tratados pela lei habilitante em questão, destaca-se o propósito de assegurar terras aos trabalhadores rurais, aos grupos assentados historicamente e às mulheres do campo. Buscou-se, também, assegurar direitos trabalhistas e benefícios sociais a esses grupos do campo, bem como a redução dos latifúndios, por meio do imposto progressivo sobre terras subutilizadas e da redistribuição de terras improdutivas.

A Lei Orgânica de Hidrocarbonetos, por sua vez, foi decisiva como causa da instabilidade político-econômica ocorrida no período 2002-2003. Desde os anos vinte do século passado, que o petróleo é o produto de maior relevância na economia venezuelana. Nesse sentido, observa-se que a questão petroleira esteve presente no centro das discussões políticas na Venezuela, ao longo do todo o século XX.

No início dos anos 2000, essa *commoditie* respondia por cerca de 90% das exportações, 50% da arrecadação do Governo Federal e 30% do Produto Interno Bruto do país. Com tamanha relevância, qualquer mudança pretendida nos rumos da política econômica passaria, necessariamente, por esse seguimento. Pela mesma razão, certo era que a resposta dos setores da sociedade que se beneficiavam com o *status quo* seria imediata.

No início do Governo, Chávez já indicou novo rumo para a política petroleira ao fazer constar no artigo 303 da Constituição Bolivariana que, por razões de soberania econômico-política e de estratégia nacional, o Estado conservaria a totalidade das ações da Petróleos de Venezuela S. A. ou do ente criado para representá-la (*Constitución da Republica Bolivariana de Venezuela, 1999*).

Nesse sentido, verifica-se que os projetos defendidos pela Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) e pelo novo governo eram bastante distintos. Enquanto a diretoria da estatal, em consonância com as ideias liberais, buscava facilitar e atrair investimentos privados externos a fim de criar as condições para o crescimento e a internacionalização da petroleira, o Governo Bolivarianista, por sua vez, objetivava ter total controle sobre a empresa de modo a utilizar seus recursos para financiar projetos sociais de saúde, educação, moradia popular, infraestrutura etc.

Nota-se, por conseguinte, que a política econômica liberal, preponderante até então, foi interrompida pelo Bolivarianismo. A Lei Orgânica de Hidrocarbonetos aprofundou as mudanças. A partir dessa Lei, passou-se a exigir que o capital nacional detivesse controle acionário das empresas petroleiras, além de aumentar a cobrança de *royalties* de 16% para 30% sobre o barril de petróleo.

A PDVSA começou a perder a autonomia que dispunha e passou a ser administrada mais em sintonia com os interesses do governo central. Em resposta à perda do monopólio administrativo-estratégico, executivos, diretores e funcionários da PDVSA fizeram greves.



A partir das discussões e do descontentamento surgidos em torno das leis habilitantes, sobretudo em relação às duas detalhadas acima, a oposição iniciou, ainda no final de 2001, radicalização em face do Governo de Hugo Chávez. No dia 10 de dezembro, iniciou-se a primeira grande greve das quatro que realizariam no período de um ano.

Oportuno se faz ressaltar que, nessa época, a oposição na Venezuela era composta, principalmente, pela confederação patronal *FEDECÁMARAS*; pela Confederação dos Trabalhadores da Venezuela (CVT); pelos meios de comunicação privados, que eram de propriedade de grandes empresários; por setores das Forças Armadas e por parte da hierarquia eclesiástica.

Apesar de, à primeira vista, parecer incoerente a Confederação dos Trabalhadores da Venezuela (CTV) constituir-se em organização ativa no combate ao Governo Chávez, análise mais detida da história da CTV e de suas relações político-partidárias esclarece as razões de sua atuação em consórcio com a *FEDECÁMARAS* – maior organização patronal do país – e contrária a Governo de orientação à esquerda.

A CTV foi um dos sustentáculos, na sociedade civil, do Pacto político de *Punto Fijo*. Ao longo dos quarenta anos de vigência da política *puntofijista*, desenvolveu-se relação simbiótica entre a CTV e o partido *Acción Democrática* (AD), principal força política do período. Enquanto a Confederação ofertava apoio político à AD, esta disponibilizava às lideranças sindicais altos cargos na burocracia estatal.

De novembro de 2001, momento da publicação das leis habilitantes, a abril de 2002, os protestos, paralisações, manifestações e demais medidas utilizadas pela oposição para desgastar o governo de Hugo Chávez aumentaram o volume e a efetividade. Em 11 de abril de 2002, a oposição, coordenada pela *FEDECÁMARAS* e pela CTV, realizou paralisação geral e manifestações com milhares de pessoas contrárias ao governo.

Ao aproximarem-se do Palácio Miraflores, sede do Poder Executivo venezuelano, onde já havia grande contingente de manifestantes partidários de Hugo Chávez, houve confronto com agressões físicas e disparos de tiros contra os manifestantes. Desse embate, resultaram dezesseis mortos e mais de cem feridos. A oposição e os canais de televisão privados responsabilizaram o

Governo pelas fatalidades. Utilizando como justificativa a repercussão a respeito das mortes, setores das Forças Armadas, sobretudo de alto escalão, associados a grupos integrantes da oposição destituíram Hugo Chávez do poder e o prenderam no Forte Tiuna, na madrugada de 12 de abril.

A fim de desestimular qualquer reação de “chavistas”, a mídia privada veiculou que o presidente havia renunciado ao cargo. O que, de fato, não ocorreu: mesmo aprisionado, Hugo Chávez se negou a assinar carta de renúncia. Como os novos ocupantes do poder fecharam a rede de televisão pública, as rádios e as TVs comunitárias, não foi possível desmentir, publicamente, a notícia da renúncia. Assumiu o governo provisório o líder da oposição, Pedro Carmona Estanca, presidente da FEDECÁMARAS. Imediatamente, Carmona dissolveu a Assembleia Nacional, os poderes Judiciário, Eleitoral e Cidadão, bem como demais instituições políticas. Ele revogou as 49 leis habilitantes e, por consequência, a Constituição.

Todavia, assim que a parcela da população pró-Chávez tomou conhecimento de sua destituição, ela saiu às ruas em protesto. No dia 14 de abril, encorajados pelo apoio das ruas, setores das Forças Armadas favoráveis ao Governo Bolivarianista retomaram o Palácio Miraflores e o vice-presidente, Diosdado Cabello, recobrou o poder e restabeleceu a ordem constitucional. Ainda no dia 14, Hugo Chávez, após ser libertado, reassumiu a primeira magistratura da nação. Apenas os Estados Unidos, a Espanha e o FMI reconheceram o brevíssimo governo de Pedro Carmona.

Concomitante à essa tentativa de destituição de Chávez, ocorria, na Costa Rica, encontro dos países do Grupo do Rio. Assim que tomou conhecimento dos acontecimentos em Caracas, Fernando Henrique Cardoso orientou seu Ministro das Relações Exteriores, que representava o Brasil no encontro na Costa Rica, a coletar o máximo de assinaturas dos integrantes do Grupo do Rio favoráveis a Hugo Chávez e à manutenção da legalidade na Venezuela.

Assim, por iniciativa do governo brasileiro, todos os países integrantes do referido grupo assinaram declaração condenando a interrupção da ordem constitucional na Venezuela. Vale destacar, por conseguinte, que os posicionamentos de Brasil e de Estados Unidos foram dissonantes no que se

refere à destituição de Chávez em abril de 2002.

Passadas algumas semanas do golpe, as oposições ao Governo Chávez se reorganizaram e passaram a atuar de forma ainda mais desenvolvida. Entre os meses de abril e de dezembro de 2002, todo dia onze de cada mês – em referência a data da tentativa do golpe –, a oposição convocava milhares de pessoas para irem às ruas protestar contra o Governo e pedir sua saída ou a realização de eleições adiantadas. Em resposta, todo dia treze de cada mês, milhares de partidários do Governo marchavam pelas ruas em seu apoio. Essas mobilizações evidenciaram crescimento da violência por parte de ambos os lados.

Como consequência de enfrentamento entre membros da Polícia Metropolitana de Caracas e a Guarda Nacional, em meados do mês de novembro, em Caracas, três pessoas são mortas e o Governo Federal interveio na Polícia Metropolitana, que era subordinada ao prefeito de Caracas, contrário ao Governo de Hugo Chávez.

No mês de dezembro, a polarização na política e na sociedade venezuelana atingiu níveis desconhecidos até então. Nesse sentido, no dia dois de dezembro, iniciou-se a quarta e mais dramática grande paralisação coordenada pelas forças opositoras, denominada de *“El Paro Petrolero”* (Maya, 2006).

Apesar de em abril de 2002, a oposição haver tentado um golpe que chegou a destituir o Presidente da República por 48 horas, a crise político-econômico-social venezuelana atingiu seu ápice no período de dezembro de 2002 a fevereiro de 2003. Há mais de um ano em embates com o Governo Chávez, no final de 2002, a oposição encontrava-se melhor organizada e havia aprendido com os erros cometidos em períodos anteriores.

Na greve iniciada em 02 de dezembro, a oposição conseguiu paralisar o principal motor da economia, a indústria petroleira. No dia 09 de dezembro, dia em que a oposição afirmou que a greve seria por prazo indefinido até a queda do Governo Chávez, o presidente da PDVSA, Alí Rodríguez Araque, disse que a companhia estava totalmente paralisada (Golinger, 2005).

Em razão da inteira paralisação da indústria petroleira, a Venezuela, um dos maiores produtores mundiais de petróleo, ficou sem gasolina suficiente para

abastecer seu mercado interno. Em atenção a um pedido do Presidente venezuelano, o Presidente brasileiro à época, Fernando Henrique Cardoso, enviou, no dia 25 de dezembro de 2002, 520 mil barris de gasolina ao vizinho do norte (Estadão, 2002).

As consequências econômicas resultantes dessa crise foram expressivas. O Desemprego subiu de 15,4% para 20,3%. O PIB caiu 27% no primeiro trimestre de 2003. Centenas de pequenas e médias empresas fecharam as portas. O governo ficou debilitado financeiramente com a greve, mas a oposição – composta de muitos pequenos, médios e grandes empresários – inviabilizou-se economicamente (Maya, 2006).

De outra perspectiva, destaca-se que essa crise possibilitou ao Governo de Hugo Chávez realizar reforma nos quadros da PDVSA que se tentava fazer, desde 1999, sem sucesso. O Governo demitiu, por abandono de serviço, aproximadamente dezoito mil dos quarenta mil funcionários da petroleira. Grande parte desse contingente demitido ocupava cargos de gerência que, por ser contrária ao Governo Chávez, dificultava o controle da estatal pelo Estado venezuelano.

### **A contribuição do Grupo de Países Amigos do Secretário-Geral da OEA para Venezuela na estabilização desse país e o papel do Brasil na criação e na atuação desse Grupo.**

O Grupo de Países Amigos do Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a Venezuela foi criado por iniciativa do governo brasileiro e sua razão de ser consistiu em dar apoio político-diplomático ao Secretário-Geral da OEA em processo de facilitação da paz na Venezuela. Esse país se encontrava, à época, envolto em crise político-social grave em razão da contestação que sofria o governo por parte da sociedade organizada.

Nesse sentido, a fim de compreender a contribuição do referido Grupo de Países ao processo de facilitação da paz na Venezuela, necessário se faz notar que quando se criou o Grupo em questão, o processo de pacificação já havia sido iniciado por outras instituições. Assim, vale destacar que a atuação do Grupo foi no sentido de dar apoio político à estrutura e às instituições que já atuavam.

Com o propósito, portanto, de identificar a contribuição de cada parte-

integrante do processo de facilitação da paz, trata-se da estrutura de negociação, das partes envolvidas e dos resultados obtidos de modo segmentado. Assim, aborda-se a estrutura geral de negociação; a composição e a atuação da Equipe Técnica Tripartite; a formação e a atuação do Grupo de Países Amigos e o desenvolvimento da negociação.

Por meio de síntese operativa, estruturou-se, inicialmente, o processo negocial tendo como referência a Mesa de Negociação e Acordos (MNA). Essa Mesa era composta por Facilitador Internacional; Participantes (negociadores) e Equipe Técnica Tripartite. A facilitação ficou a cargo do Secretário-Geral da OEA, César Gaviria. Os participantes (negociadores) eram em número de doze pessoas: seis indicadas pelo Governo Chávez e outras seis indicadas pela *Coordinadora Democrática*, organização que reunia os vários grupos opositoristas. A equipe técnica, por sua vez, era composta pela Organização dos Estados Americanos (OEA), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Fundação Carter.

Ainda de acordo com a síntese operativa, os objetivos da Mesa de Negociação eram, numa perspectiva geral, encontrar solução pacífica, eleitoral, democrática e constitucional para a crise vivida na Venezuela desde dezembro de 2001.

Após definir-se as regras de negociação por meio da Declaração de Princípios pela Paz e pela Democracia na Venezuela e da Síntese Operativa, em oito de novembro de 2002, instalou-se a Mesa de Negociação e Acordos. No primeiro mês, a MNA reuniu-se quase todos os dias. Contudo, em razão da aguda polarização político-social que permeava toda a sociedade, verificou-se que negociação envolvendo somente os altos escalões políticos não seria suficiente para se alcançar a paz pretendida.

O apoio técnico à MNA ficou a cargo da OEA, do PNUD e da Fundação Carter. A OEA, em razão das próprias atribuições, já acompanhava a crise Venezuela desde o início. Por época da tentativa de golpe em abril de 2002, essa organização, por meio do Conselho Permanente, publicou a Resolução nº 811/2002, que condenou, com base na Carta Democrática Interamericana, o rompimento da ordem constitucional na Venezuela.

A Fundação Carter, desde 1998, acompanhava o processo eleitoral

venezuelano como observador internacional. Além das eleições regulares, a Fundação Carter acompanhou, também, os referendos realizados em 1999, relacionados à convocação de assembleia constituinte e à aprovação da nova Constituição do País.

De modo a tentar superar o impasse causado pela polarização social, a equipe técnica de apoio à Mesa de Negociação e Acordos entendeu que, além daquela negociação de alto nível, era necessário empreender processos facilitadores de diálogo nas diversas esferas sociais. Nesse sentido, convidaram-se especialistas internacionais em negociação para capacitarem grupos de pessoas da sociedade civil, indicadas tanto pelo Governo quanto pela oposição, que exerceriam o papel de multiplicadores (Fundação Carter, 2005).

Outra iniciativa nesse sentido teve como objetivo os profissionais dos meios de comunicação, que eram importantes fomentadores da polarização na sociedade. Na Venezuela, a mídia privada era quase que inteiramente contrária ao Governo Chávez. Portanto, havia participado ativamente na tentativa de golpe em abril de 2002 e continuava a fazer campanha abertamente pela destituição do Governo. A atuação da Equipe Técnica Tripartite foi no sentido de orientar os meios de comunicação a atuarem de modo mais equilibrado, com algum grau de imparcialidade.

Em razão do início do *El Paro Petrolero*, no começo de dezembro de 2002, a MNA teve dificuldade em continuar suas atividades. A paralisação da indústria petroleira, liderada pelos movimentos oposicionistas, elevou ao ponto máximo as rivalidades entre Governo e oposição. A partir desse momento, todas as forças de ambos os lados foram direcionadas para se tentar obter o controle da principal atividade econômica do país. Em razão do aumento da polarização e das disputas, o Secretário-Geral da OEA, Facilitador Internacional na MNA, pouco conseguia avançar.

Foi, portanto, nesse contexto de paralisia das negociações que o Brasil propôs a criação do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para Venezuela. Na condição de país vizinho e interessado na estabilidade política da região, o Brasil acompanhava a crise venezuelana desde a tentativa de golpe em abril de 2002. Desse modo, ao notar a dificuldade do Facilitador em dar prosseguimento às negociações e ao verificar a escalada da crise por meio da greve geral, o governo brasileiro liderou

movimento na região com o propósito de aportar apoio político ao processo negociador.

Desse modo, em quinze de janeiro de 2003, por época da posse do presidente eleito do Equador, o Ministro das Relações Exteriores (MRE) do Brasil e o Secretário-Geral da OEA comunicaram, de Quito, no Equador, a criação do referido Grupo, que foi composto por Brasil, Estados Unidos, México, Chile, Espanha e Portugal. A composição e o número de participantes foram objeto de discussão por parte da mídia (BBC Brasil, 2003).

Com relação ao número bem limitado de integrantes, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil respondeu que, nesse caso, desejava-se grupo representativo, porém, reduzido de participantes. Desse modo, conseguir-se-ia maior agilidade e versatilidade na atuação. No tocante à composição, objetivava-se compor o Grupo com países que pudessem atuar, efetivamente, como interlocutores junto às partes envolvidas no conflito. Isto é, a capacidade de influenciar do Grupo estaria diretamente relacionada à legitimidade que seus integrantes tivessem frente às partes contendoras (BBC Brasil, 2003).

O Brasil e os Estados Unidos tinham, inicialmente, posições distintas quanto a solução da crise. Os Estados Unidos defendiam a realização imediata de outra eleição como principal medida para superação da crise. O Brasil, por sua vez, afirmava que a crise venezuelana não se resolveria somente com eleição. Segundo o governo brasileiro, antes de novas eleições, as partes conflitantes deveriam firmar pacto, perante os países vizinhos e as instituições envolvidas na dinâmica conciliatória, comprometendo-se com a superação definitiva do conflito por meio de processo pacífico, democrático e constitucional (BBC Brasil, 2003).

O Grupo de Países Amigos do Secretário-Geral da OEA para Venezuela teve como principal objetivo dar suporte político-diplomático à Mesa de Negociação e Acordos na pessoa do Facilitador Internacional. Para alcançar esse propósito, o Grupo realizou vários encontros com o Secretário-Geral da OEA, com os representantes do Governo Venezuelano e da *Coordinadora Democrática*, bem como com personagens públicas e privadas venezuelanas que puderam contribuir para a superação do impasse negocial (BBC Brasil, 2003).

As principais reuniões do Grupo ocorrem em 24 de janeiro, na sede da OEA em Washington; em 31 de janeiro, em Caracas; em dez de março, em Brasília e em oito e nove de maio, em Caracas. Por ser muito caro ao Grupo de Países Amigos os princípios da soberania e da autodeterminação, interlocutores, como o Embaixador brasileiro Gilberto Sabóia, em entrevista concedida após a reunião ocorrida no dia dez de março de 2002, fizeram questão de destacar que o trabalho do Grupo não consistia em ofertar solução pronta aos venezuelanos.

Segundo ele, o propósito era mais de facilitar o diálogo entre as partes conflitantes. Para o entrevistado, o Grupo tinha o papel de reduzir as tensões e permitir que houvesse ganho de confiança entre as partes contendoras de modo a permitir que, criadas as condições, os venezuelanos pudessem encontrar eles mesmo a saída para o conflito (MRE, 2003).

De fato, o apoio e a “pressão” política gerados pela criação do Grupo de Amigos deu resultado. Em dezoito de fevereiro de 2003, as partes romperam a paralisia e assinaram a Declaração Contra a Violência e em Favor da Paz e da Democracia – primeiro entendimento formalizado na Mesa de Negociação e Acordos.

Impulsionados pelo Grupo de Países Amigos e por contexto político-econômico bem distinto daquele existente em dezembro de 2002, portanto, mais favorável ao Governo, as partes decidiram pôr fim ao radicalismo e aos enfrentamentos e firmaram acordo contendo dezenove pontos. O décimo segundo, contudo, era a questão fundamental do acordo. Essa cláusula estabelecia, em consonância com o artigo 72 da Constituição Bolivariana, que todos os mandatos eletivos no país, inclusive o mandato do Presidente da República, seriam submetidos a referendo revogatório após o cumprimento de metade do mandato.

Em síntese, de modo a facilitar a percepção de todo o processo, resume-se os principais “passos” dados pelos atores envolvidos na dinâmica de facilitação da paz na Venezuela. Em agosto de 2002, assim que a Equipe Técnica Tripartite (OEA, Fundação Carter e PNUD) aceitou pedido do Governo Venezuelano para mediar o conflito, a primeira exigência foi que as partes conflitantes firmassem uma Declaração de Princípios pela Paz e pela Democracia na Venezuela. Essa declaração reforçava compromisso com a Constituição e com as leis do país; reafirmava



compromisso com a paz e o repúdio à violência e declarava disposição para iniciar processo de conversação a fim de encontrar soluções aceitáveis aos conflitos político-sociais.

O Segundo passo foi dado, no início de novembro, por meio da Síntese Operativa. Após quase dois meses de conversas, definiu-se pela instituição da Mesa de Negociação e Acordos (MNA), sua composição, seu modo de funcionamento e seus objetivos.

Em meados de janeiro de 2003, por iniciativa do Brasil, criou-se o Grupo de Países Amigos do Secretário-Geral da OEA para Venezuela. Esse Grupo teve como propósitos oferecer apoio político ao Secretário-Geral da OEA, possibilitar o diálogo entre as partes, criar confiança e destravar a negociação.

Em dezoito de fevereiro de 2003, com o apoio do Grupo de Países Amigos, firmou-se o primeiro acordo oficial após instalada a MNA – a Declaração Contra a Violência e em Favor da Paz e da Democracia. Antes do entendimento mais amplo, firmou-se, em abril de 2003, acordo inicial entre o Governo e a mídia audiovisual com a finalidade de construção de confiança.

Por fim, em 29 de maio de 2003, o Governo Venezuelano e seus apoiadores firmaram com a *Coordinadora Democrática* e os grupos que a apoiava o acordo principal. Esse entendimento, entre outras questões, ratificava os acordos firmados anteriormente, assim como preconizava e reforçava o respeito irrestrito à Constituição e às leis do país, o desarme da população civil e a formação de comissão da verdade – por lei aprovada pelo legislativo – com finalidade de investigar os atos de violência perpetrados nos dias onze e doze de abril de 2002. O tema mais relevante tratado nesse acordo, porém, foi o referendo revocatório de todos os mandatos eletivos, nos termos do artigo 72 da Constituição venezuelana.

**A atuação brasileira na crise venezuelana em comparação com o papel do Brasil em crises políticas similares na América do Sul. Destacam-se os conflitos internos no Suriname (1980-1983) e no Peru (1992).**

O propósito geral desse artigo consiste em identificar a contribuição do Brasil para a estabilidade político-democrática da América do Sul nas últimas décadas. A

fim de alcançar o referido objetivo, compara-se, nessa seção, a atuação do Brasil na crise venezuelana em face do comportamento brasileiro em relação a crises políticas de mesma natureza (internas) ocorridas na sub-região.

Assim, além do conflito referência, dá-se destaque à atuação do Brasil nas crises no Suriname (1980 – 1983) e no Peru (1992). Ademais de discorrer, resumidamente, sobre os conflitos objeto da análise e sobre a atuação brasileira, discute-se os reflexos da mudança de regime político, ocorrida no Brasil em 1985, na atuação do país nesses conflitos regionais.

Nesse sentido, observa-se que até a redemocratização, a atuação brasileira era orientada por aspectos geopolíticos, pelo respeito à soberania nacional e pela não-intervenção em assuntos internos de outros países. Após a redemocratização, contudo, a diplomacia brasileira passou a considerar, também, a defesa da democracia como aspecto relevante da política externa, sobretudo em relação aos vizinhos sul-americanos.

A “intervenção” brasileira no Suriname, em 1983, durante o Governo do General João Figueiredo, exemplifica bem o modo de atuação brasileira antes da redemocratização. O Suriname é o décimo segundo país da América do Sul. Tornou-se independente da Holanda somente em 1975. Localiza-se no nordeste do subcontinente e faz fronteira com a República da Guiana, a oeste, com a Guiana Francesa, a leste, e com o Brasil, a sul.

Com aproximadamente 164 mil quilômetros quadrados, o Suriname tem área similar à área do Estado do Acre. A população soma, aproximadamente, seiscentos mil habitantes e a capital e maior cidade é Paramaribo, localizada no norte do país, às margens do Oceano Atlântico.

Com apenas cinco anos de independência, em fevereiro de 1980, o Suriname sofreu um golpe de estado, denominado de “Golpe dos Sargentos”. Esse golpe foi liderado pelo, então, Sargento-Maior Desiré Delano Bouterse, que tinha afeição pelo marxismo e decidiu aproximar o país de Cuba e da Líbia. Inicialmente, o Governo Brasileiro passou a acompanhar os acontecimentos no Suriname com maior atenção, mas, em respeito à soberania e ao princípio da não-intervenção, não tomou nenhuma atitude mais ostensiva.

Após sucessão de golpes e contragolpes, no início de dezembro de 1982, diversos opositores ao governo – jornalistas, advogados, sindicalistas, professores, militares – foram presos, torturados e assassinados em represália a ações que criticavam o governo e pediam redemocratização. Nos meses que se seguiram, Bouterse continuou a eliminar opositores, bem como a destruir sedes sindicais, jornais, rádios e televisões contrárias a ele.

Em desacordo com o rumo político que tomou a ex-colônia, a Holanda, principal parceiro, suspendeu os acordos que havia firmado com o Suriname e a ajuda financeira, que correspondia a, aproximadamente, um terço do orçamento do governo. Os Estados Unidos, também, suspenderam a ajuda financeira que ofertavam, bem como o apoio político.

À medida que os parceiros tradicionais se afastavam, o regime de Bouterse rumava à esquerda e se aproximava de Cuba. A essa altura, estavam, em Paramaribo, centenas de conselheiros militares, diplomatas, bem como técnicos de diversas áreas tanto cubanos como líbios.

Temendo ação interventiva dos Estados Unidos e a chegada do Conflito Leste-Oeste à América do Sul, o Brasil decidiu agir. Em 11 de abril de 1983, o governo brasileiro determinou o envio de missão de alto nível ao Suriname para oferecer maior cooperação e ajuda mediante expressivo pacote de assistência política, militar e econômica ao regime do comandante Bouterse.

A missão esteve em Paramaribo nos dias 15 a 17 de abril de 1983 e foi liderada pelo general Danilo Venturini, à época, secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional do Brasil e chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. Em razão do nome do líder da missão, ela ficou conhecida como “Missão Venturini”.

Pela perspectiva geopolítica, a situação no Suriname apresentava diversas preocupações ao Brasil. A crescente “cubanização” do regime de Bouterse possivelmente levaria à intervenção militar por parte dos Estados Unidos, conforme ocorreu em Granada em novembro de 1983.

Ademais, em fins dos anos setenta e início dos anos oitenta, havia grande preocupação do Brasil em manter a região amazônica a salvo de interesses das grandes potências. Tendo em vista essa preocupação, o Brasil envidou esforços para alcançar, entre outros objetivos, a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica

em 1978, tendo como signatários todos os países da Bacia Amazônica e a implementação do Projeto Calha Norte, que objetivava aumentar a presença militar nas fronteiras ao norte das calhas dos rios Amazonas e Solimões (Miyamoto, 1988).

Nesse sentido, atrair a simpatia do regime de Bouterse de modo a evitar sua radicalização socialista e, conseqüentemente, evitar a chegada do Conflito Leste-Oeste ao subcontinente consistiu em objetivo geopolítico de suma relevância para o Governo Brasileiro no início dos anos oitenta.

Registra-se que a “Missão Venturini” alcançou resultados rápidos. Em outubro de 1983, Paramaribo rebaixou a representação diplomática cubana, rompeu com todos os tratados firmados com aquele país e aproximou-se politicamente do Brasil de modo decisivo (Miyamoto, 1988).

Quase dez anos depois da crise no Suriname, no início de abril de 1992, o presidente peruano, eleito democraticamente dois anos antes, adota medidas centralizadoras de poder que foram denominadas de “autogolpe”. Alberto Fujimori, com a ajuda das forças armadas, suspendeu a constituição, dissolveu o congresso e fechou os tribunais.

No início dos anos noventa, tanto o Brasil como os demais países do continente viviam em conjuntura política bastante distinta daquela vivenciada na época da “intervenção brasileira” no Suriname. Nos anos noventa, a Guerra-Fria acabara e os valores políticos da democracia e dos direitos humanos passaram a desfrutar de *status* relevante tanto em relação às decisões internas quanto no tocante às políticas externas dos Estados.

Nesse sentido, a Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou, em junho de 1991, a Resolução nº 1080 – intitulada “Democracia Representativa” –, que previa a atuação direta da OEA em casos de “interrupção abrupta ou irregular do processo democrático ou do legítimo exercício de poder por um governo democraticamente eleito em qualquer dos Estados membros da Organização”.

Em relação ao ocorrido no Peru, inicialmente, a OEA considerou grave atentado contra o processo democrático naquele país e sugeriu tomada de medidas rápidas e enérgicas para o restabelecimento da democracia. Na reunião de Ministros de Relações Exteriores dos países membros, contudo, Brasil e outros países

argumentaram que a simples aplicação das sanções previstas na Resolução nº 1080, desencadearia consequências contrárias àquelas buscadas pela OEA.

Para o Brasil, como o presidente Fujimori contava com apoio popular, a aplicação de sanções levaria à desestabilização do país e, por consequência, maior deterioração das instituições e práticas democráticas ainda existentes. Em razão do predomínio desse entendimento, a OEA negociou com o presidente Fujimori o restabelecimento progressivo da democracia. Assim, ficou acordada a realização de eleição para uma assembleia constituinte ainda em 1992, que foi seguida por eleição geral no ano seguinte.

Com a redemocratização – que, na esfera nacional, se materializou em dois passos: a eleição, pelo Colégio Eleitoral, de presidente civil, em 1985, e a promulgação da constituição cidadã, em 1988 –, o Brasil incorporou a defesa da democracia ao repertório da política externa. A aplicação do princípio democrático, contudo, precisa ser coordenada com outros dois princípios relevantes à política externa brasileira: soberania nacional e não-intervenção em assuntos internos de outros países.

Assim, para o Brasil, a defesa da democracia não pode ser utilizada como justificativa para intervir militarmente em outro país, desrespeitando sua soberania. O reverso da medalha, contudo, consiste em não se admitir a indiferença da comunidade internacional em face ao desrespeito sistemático de princípios democráticos por dado país, alegando que qualquer tipo de reprimenda seria incompatível com o princípio da não-intervenção em assuntos internos de terceiros países.

À medida que coordena melhor tais princípios conflitantes, bem como percebe, na prática, o que os demais países do continente – sobretudo os Estados Unidos – entendem por defesa da democracia, o Brasil age com maior desenvoltura no tocante à proteção de tal valor, especialmente, no subcontinente sul-americano. Inicialmente, houve certo temor por não se saber até que ponto os países estavam dispostos a ir em nome da democracia.

A reticência brasileira em abraçar a defesa da democracia sem qualquer ponderação se demonstrou muito pertinente, quando, em setembro de 1994, os Estados Unidos invadiram o Haiti com a finalidade de reconduzir ao poder o

presidente, que havia sido deposto por golpe. Para o Brasil, ocupar militarmente outro país não era solução compatível com a lógica democrática.

Por entender a proteção da democracia em termos distintos daqueles defendidos pelos Estados Unidos e, em grande medida, pela OEA, o Brasil aprofundou seu envolvimento no tema, com o propósito, sobretudo, de liderar construção de entendimento na América do Sul em sintonia com a percepção brasileira sobre o assunto. Essa abordagem própria foi colocada em prática já em 1996, por ocasião de grave instabilidade político-institucional ocorrida no Paraguai.

O início da institucionalização desse entendimento ocorreu em 1998 com o Protocolo de *Ushuaia*, que condiciona a permanência de país-membro no MERCOSUL à observação dos princípios democráticos. Mais recentemente, o Brasil liderou negociações para criação de duas instituições regionais, que, em sintonia com o entendimento brasileiro, valorizam a democracia, mas, simultaneamente, buscam fortalecer a capacidade do Estado e de suas instituições de modo a poder encontrar soluções para seus desafios internos.

As referidas negociações levaram ao surgimento da União das Nações Sul-Americanas – UNASUL, criada em maio de 2008 e composta pelos doze países da América do Sul e da Comunidade dos Estados Latino americanos e Caribenhos – CELAC, criada em fevereiro de 2010 e composta pelos 33 países da América do Sul, da América Central e do Caribe.

Na crise venezuelana, em abril de 2002, por sua vez, o Brasil atuou de modo bem mais afirmativo e confiante a favor da democracia ao condenar, peremptoriamente, o golpe contra o presidente Hugo Chávez. No início dos anos 2000, o Brasil já tinha clara e consolidada sua estratégia de defesa dos princípios democráticos. Assim, atuou no caso venezuelano tanto por meio da abordagem bilateral como multilateral (Grupo do Rio, OEA). O Presidente brasileiro, à época, Fernando Henrique Cardoso, manifestou-se contrário aos acontecimentos na Venezuela por meio da imprensa e de nota oficial. Ademais, orientou o ministro das relações exteriores, que, simultaneamente à tentativa de golpe, participava de encontro do Grupo do Rio na Costa Rica, a obter, de todos os países representados no encontro, declaração condenando a interrupção democrática na Venezuela.

A condenação brasileira à tentativa de golpe, bem como a arregimentação de apoio dos demais países da região ao restabelecimento das instituições democráticas na Venezuela foi crucial para o retorno do Presidente deposto ao poder em 48 horas.

Apesar do malogro do golpe, a crise venezuelana continuou aguda até o início de 2003. Durante todo esse período, o Brasil acompanhou de perto o desenrolar dos fatos. A negociação que pôs fim ao conflito foi apoiada pelo Grupo de Países Amigos do Secretário-Geral da OEA para Venezuela, criado por iniciativa do Brasil, que juntamente com a OEA, com o PNUD e com a Fundação Carter intermediaram acordo entre o Governo Venezuelano e a *Coordinadora Democrática*, representante das oposições.

Deve-se destacar, porém, que mesmo agindo com mais desenvoltura em favor dos princípios democráticos, o Brasil, durante todo o processo de estabilização da Venezuela, atuou, sempre, no sentido de encontrar soluções mantendo respeito à Constituição e às instituições do país. Isto é, para o Brasil, a estabilização político-democrática dos países vizinhos deve ocorrer respeitando a soberania do país.

### **As atuações do Brasil e dos Estados Unidos em relação à América do Sul nas últimas décadas e a cooperação entre esses dois países para estabilizar a Venezuela.**

A estabilidade política na América do Sul contou, ao longo do século XX, com atuação conjunta ou em separado do Brasil e dos Estados Unidos. O último, como potência hegemônica, atua, preponderantemente, de modo direto e unilateral, já o Brasil exerce sua influência por meio de ações políticas negociadas, que podem ser bilatérias ou ocorrerem em foros de concertação multilateral.

Há autores que defendem a existência de acordo não declarado entre esses dois países no tocante à manutenção da estabilidade no subcontinente. Isto é, o Brasil mantém a estabilidade da região, poupando os Estados Unidos de ter de arcar com o ônus político-econômico de fazê-lo, e, em contrapartida, a potência hegemônica não questiona certa influência exercida pelo Brasil.

Nas últimas décadas, as atuações do Brasil e dos Estados Unidos, no tocante à estabilização da América do Sul, apresentam variações que permitem classificação

em três períodos distintos. Os anos setenta e os anos oitenta caracterizaram-se pela busca de maior autonomia de ação, por parte do Brasil, e pelo aumento de assimetrias em relação a questões como respeito aos direitos humanos e a valores democráticos. Nos anos noventa, verificou-se maior sintonia entre os dois países, no tocante a grande parte da agenda para o subcontinente. A partir do início dos anos 2000, observou-se manutenção de diálogo franco e aberto, mas com retomada, por parte do Brasil, de atuação mais independente e mais proativa.

No tocante à estabilização da Venezuela, verifica-se que, inicialmente, as estratégias defendidas por Brasil e Estados Unidos pareciam conflitantes. Contudo, a partir da criação do Grupo de Países Amigos do Secretário-Geral da OEA para Venezuela, no qual atuaram, entre outros, esses dois países, é razoável afirmar que houve cooperação de ambos no encaminhamento da solução do conflito.

As três periodizações apresentadas acima e a análise quanto à cooperação entre Brasil e Estados Unidos para a estabilização da Venezuela estruturam esta quarta seção. Inicialmente, contudo, necessário se faz apresentar, de maneira rápida, o histórico das relações Brasil - Estados Unidos no Século XX.

Segundo Teixeira (2012), historicamente os Estados Unidos fazem valer seus interesses à força – por meio de incontáveis intervenções – no México, na América Central e no Caribe. Contudo, a atuação do hegemom, ao sul do Canal do Panamá, demonstra-se bem mais contida. Nesse sentido, observa-se que a disparidade de comportamento dos Estados Unidos em relação à região sul, ocorreu nos diversos contextos históricos: Doutrina Monroe; zonas de influência, decorrentes do Conflito Leste-Oeste; período unipolar, a partir do fim da Guerra-Fria e macro-securitização da agenda, após “o 11 de setembro”. A razão para conduta tão distinta em relação à parte sul da América Latina seria a confiança de que o Brasil manteria a estabilidade sub-regional.

A título de exemplos recentes, Teixeira (2012) afirma que o Brasil atuou com mais empenho e energia que os Estados Unidos nos anos setenta, para retirar do poder governos de esquerda no Chile e na Bolívia. Ademais, cita a “operação trinta horas”, na qual o Brasil teria planejado, em 1971, invadir o Uruguai e destituir o governo de esquerda caso obtivesse vitória nas eleições.

Corroborando, ao menos em parte, o entendimento acima exposto, as relações



bilaterais Brasil-Estados Unidos ao longo do século XX. Já nos primeiros anos do século, o Ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco, aproximou o Brasil dos Estados Unidos, visando, pela perspectiva econômica, aumentar o comércio com esse país e, pela perspectiva política, assegurar ao Brasil relação privilegiada com os Estados Unidos que, à época, já despontavam como grande potência econômica e militar.

Nos anos trinta, em decorrência das consequências econômicas graves da crise de 1929, o Presidente Roosevelt lançou a Política da Boa Vizinhança para a América Latina. Segundo Pecequillo (2005), a essência da política estadunidense permaneceu muito ligada aos princípios da Doutrina Monroe, apesar da aparência de país mais cooperativo.

A Política de Boa Vizinhança pavimentou o caminho para o aprofundamento cooperativo por época da Segunda Guerra Mundial. A partir de 1941, o Brasil, após conseguir barganhas consideráveis como modernização das forças armadas brasileiras, construção de bases aéreas no Nordeste, construção da Usina de Volta Redonda etc., assumiu parceria privilegiada com os Estados Unidos.

Com o início da Guerra-Fria e o desprestígio por parte da Potência Ocidental para com a América Latina, o Brasil ensaiou políticas mais autônomas com Vargas (1950-1954) e Jânio-Jango (1961-1964) ou propositivas como a Operação Pan-americana, idealizada por Juscelino Kubistchek (1956-1961), mas, na prática, essas tentativas não surtiram resultados significativos.

Para pôr fim a essas tentativas brasileiras de colocar em cheque, minimante, a lógica do Conflito Leste-Oeste, em março de 1964, os Estados Unidos apoiam – inclusive fornecendo armas, recursos financeiros e conselheiros militares – golpe militar perpetrado por setores das Forças Armadas Brasileiras contrários aos projetos nacionalistas, então em andamento. Inicialmente, o governo de exceção alinhou-se por completo às políticas estadunidenses para o continente, inclusive apoiando com tropas invasão dos Estados Unidos à República Dominicana, em 1965.

A partir dos anos setenta, apesar do Brasil continuar a ser ferrenho defensor dos valores ocidentais anticomunistas na América do Sul, conforme já exemplificado pelas atuações no Chile, na Bolívia e no Uruguai, os desentendimentos com os Estados Unidos ganharam volume e relevância. Essas assimetrias aprofundaram-se a

partir da chegada de Jimmy Carter à Casa Branca, em 1977. Carter criticava, abertamente, a não observação dos direitos humanos pelos governos ditatoriais da América do Sul, assim como o reduzido grau ou a falta de liberdades civis e políticas.

No início dos anos oitenta, ampliaram-se os pontos de discordância. As crises energéticas, causadas pelo aumento do petróleo em 1973 e em 1979; as crises econômico-financeiras, ocorridas em 1971 – com o rompimento do padrão dólar-ouro, pelo Governo Nixon – e o aumento dos juros nos Estados Unidos, no início dos anos oitenta, resultou na crise da dívida, uma das piores crises econômicas do século XX, na América Latina. Adicionalmente, observa-se que as idiossincrasias internas agravaram as consequências da crise, que resultou em vários anos de inflação alta, desemprego, déficits na balança de pagamento e fraco crescimento econômico em todo o subcontinente.

A mudança de governo nos Estados Unidos e a redemocratização dos países sul-americanos reduziu os atritos em relação aos direitos humanos e aos princípios democráticos a partir de meados dos anos oitenta.

Os anos noventa, podem ser considerados o período recente de maior sintonia e coordenação entre as políticas estadunidenses e as políticas brasileiras para a América do Sul. Essa afirmação perde força nos anos do governo Itamar Franco (92-94). De modo geral, contudo, verifica-se o engajamento brasileiro na defesa dos direitos humanos e da democracia. Percebe-se esforço conjunto no combate aos ilícitos transfronteiriços, especialmente no enfrentamento ao tráfico de entorpecentes. Nota-se igual interesse na aplicação de políticas econômico-liberais tão caras aos Estados Unidos. Nesse contexto, o Brasil assinou o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, que resistia em assinar há décadas.

Verificou-se, ainda, a participação conjunta do Brasil e dos Estados Unidos na pacificação do Conflito Peru-Ecuador, em 1998, bem como na crise interna ocorrida em 1996 no Paraguai. No tocante à institucionalização do comércio regional, verificou-se projetos um tanto dissonantes. De todo modo, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi debatida em várias cúpulas ao longo dos anos noventa e foi posta de lado somente em 2005.

Em suma, os dois países debateram, concordaram e implementaram muitas

iniciativas relacionadas a comércio regional, a defesa da democracia, a proteção aos direitos humanos e a segurança coletiva do subcontinente.

A partir do início dos anos dois mil, verificou-se mudança sensível nos rumos das políticas estadunidenses e brasileiras para a América do Sul. Dois fatores foram determinantes nessa mudança. Primeiro, chegada ao poder, na maioria dos países sul-americanos, de candidatos e partidos identificados com políticas de centro-esquerda. E isso ocorreu, em grande medida, pelo fracasso das políticas econômicas liberais – largamente aplicadas na década anterior – em melhorar o padrão de vida das populações menos favorecidas.

O segundo aspecto relevante causador de dissonância nas políticas dos dois países foi a macro-securitização da agenda realizada pelos Estados Unidos a partir dos ataques de 11 de setembro de 2001. Desse evento em diante, os Estados Unidos passaram a pressionar todos os seus aliados, não somente os sul-americanos, a tomarem posições bastante restritivas em relação ao terrorismo.

Com sua área de influência, os Estados Unidos foram além, passaram a exigir a aprovação de leis que regulamentassem punições a práticas tidas como terroristas. Exigiram a adoção de medidas efetivas no sentido de elencar rol de condutas entendidas como terrorismo, além da destinação de orçamento para capacitação, treinamento de forças de combate a práticas terroristas.

O Brasil e os demais vizinhos sul-americanos, não viam o terrorismo como prioridade. Os governos, sobretudo os de orientação centro-esquerda, entendiam que os recursos financeiros e políticos limitados de que dispunham seriam melhor utilizados nos graves problemas sociais que assolavam suas populações.

De todos os diferendos verificados entre Brasil e Estados Unidos nos anos 2000, o Plano Colômbia é, seguramente, o que mais desgaste trouxe para o acordo tácito existente entre esses dois países em relação a estabilização da América do Sul. A aprovação de ajuda militar de mais de um bilhão de dólares, juntamente com o envio de equipamentos e instrutores militares para Colômbia, preocupou sobremaneira o Brasil. Para este último, era crítica a presença militar, nessas proporções, de potência externa em país vizinho, sobretudo em país localizado na Bacia Amazônica.

O Plano Colômbia estimulou o Brasil a agir de modo mais assertivo em relação

às instabilidades políticas na América do Sul. Nesse sentido, em abril de 2002, quando grupos opositores ao Governo de Hugo Chávez depuseram-no, o Brasil, rapidamente, agiu para restabelecer a ordem institucional na Venezuela. Nesse evento, apenas os Estados Unidos, que viam em Chávez uma ameaça aos seus interesses na região, e a Espanha reconhecerem o governo golpista de Pedro Carmona. Simultaneamente a esse reconhecimento, o Governo Brasileiro atuava de modo muito assertivo a fim de obter apoio da comunidade internacional para condenação do golpe e para defender a volta do Presidente eleito ao poder. A atuação brasileira deu resultado. Dois dias após o golpe, o presidente Chávez foi reconduzido ao cargo.

Em dezembro de 2002, com a greve do setor petrolífero, o conflito venezuelano voltou a ponto de ebulição. Apesar de apresentarem propostas não exatamente coincidentes como solução para o problema, Brasil e Estados Unidos atuaram em conjunto para estabilizar a Venezuela. Em quinze de janeiro de 2003, por iniciativa do presidente brasileiro recém-empossado, Luiz Inácio Lula da Silva, criou-se o Grupo de Países Amigos do Secretário-Geral da OEA para Venezuela.

A proposta dos Estados Unidos para solução da crise consistia em realizar eleições imediatamente. Já o Brasil defendia que, além de eleição, os agentes contendores na Venezuela precisavam firmar compromisso entre eles, com o povo venezuelano e com a comunidade internacional se comprometendo a superarem a crise sem recorrer à violência, por meio de solução constitucional e em concordância com as leis e as instituições do país. Mais uma vez prevaleceu a tese brasileira e o acordo firmado fundamentou-se na constituição – sobretudo no artigo 72 – e foi implementado pelas instituições venezuelanas auxiliadas por atores externos.

Apesar de proporem, inicialmente, soluções distintas, Estados Unidos e Brasil atuaram em sintonia tanto na negociação quanto na implementação do acordo que pôs fim ao conflito venezuelano.

## **Conclusão**

Nesse artigo, verificou-se que, nas últimas décadas, o Brasil tem atuado de modo efetivo a fim de manter a estabilidade política na América do Sul. Contudo,

ficou claro que essa atuação ocorreu baseada em princípios distintos, de acordo com o contexto histórico. Nos anos oitenta, como exemplifica bem a intervenção na crise surinamesa, a democracia não era um valor a ser considerado.

Naquele contexto, levava-se em conta, sobretudo, aspectos que diziam respeito à geopolítica e à segurança regional. Nesse sentido, verificou-se que a principal preocupação do Brasil foi evitar que a presença de governo de esquerda, apoiado por Cuba, desse causa à intervenção militar dos Estados Unidos em país fronteiriço. O enlace se mostrava, ainda, mais preocupante para o Brasil em razão da localização geográfica. Ação militar dos Estados Unidos no Suriname de Bouterse significava a instalação efetiva do conflito Leste-Oeste na Bacia Amazônica.

Em 1992, por época da crise no Peru, o Brasil já havia realizado transição do regime de exceção para a democracia. Portanto, os valores democráticos já se encontravam presentes na Política Externa Brasileira para a América do Sul. Não obstante, o Brasil, ainda, realizava essa defesa com certa timidez. Nessa oportunidade, a Guerra-Fria havia terminado há pouco e os Estados Unidos haviam saído do conflito como única superpotência. Nesse contexto, o Brasil temia as consequências de defender valores democráticos acriticamente por não saber até que ponto a superpotência estava disposta a ir em nome desses valores.

A partir de meados dos anos noventa, contudo, após melhor compreensão da nova realidade internacional, o Brasil passou a defender os princípios democráticos de maneira aberta e ampla. Ademais, liderou iniciativa regional que associou a defesa desses princípios à observação da soberania nacional e da não-intervenção em assuntos internos de outros países, que sempre foram princípios caros ao Brasil.

Foi com essa perspectiva que o Brasil atuou na crise venezuelana em 2002/2003. Nesse sentido, o presidente do Brasil, à época, Fernando Henrique Cardoso, emvidou esforços na esfera bilateral e multilateral e conseguiu reverter golpe de estado sofrido pelo Presidente venezuelano Hugo Chávez em abril de 2002.

Com base em perspectiva similar, em janeiro do ano seguinte, por iniciativa do presidente brasileiro recém-eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, criou-se o Grupo de Países Amigos do Secretário-Geral da OEA para Venezuela. Essa iniciativa possibilitou alcançar-se acordo entre o Governo e a oposição de modo a pôr fim à crise político-social que se estendia por mais de um ano.

Demonstrou-se, ainda, que, apesar de diferenças de agenda ou de abordagem de questões regionais, Brasil e Estados Unidos mantêm certo grau de cooperação com o fim de manter a estabilidade política na América do Sul. Esse entendimento ficou evidente na concertação entre esses dois países, no âmbito do Grupo de Países Amigos, com propósito de estabilizar a Venezuela.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, Celso. *Conversas com Jovens Diplomatas*. São Paulo: Ed Benvirá, 2011.
- BERTONHA, João Fábio. A Estratégia Nacional de Defesa do Brasil e a dos outros BRICs em perspectiva comparada. *Rev. bras. polít. int.* 2013, vol.56, n.2, pp. 112-130. Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292013000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292013000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 15/09/2015.
- BORGES, Altamiro. A Máfia Sindical da Venezuela. Disponível em: <[http://www.espacoacademico.com.br/012/12col\\_miro.htm](http://www.espacoacademico.com.br/012/12col_miro.htm)>. Acessado em 15/09/2015.
- COSTA, Karen Fernandez. Reformas liberalizantes nos países periféricos: estruturas, atores e processos. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 16, n. 31, p. 223-229, Nov. 2008. Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782008000200017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000200017&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 15/09/2015.
- COUTINHO, Marcelo Vasconcelos. *Crises Institucionais e Mudança Política na América do Sul*. Rio de Janeiro: Ed Arquimedes Edições, 2008.
- DIÁRIO DO GRANDE ABC. OEA anuncia criação de ‘Grupo de Países Amigos da Venezuela’. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/106988/oea-anuncia-criacao-de-grupo-de-paises-amigos-da-venezuela->>. Acessado em 15/09/2015.
- DORNELLES, José Amir da Costa. *A Venezuela sob Hugo Chávez e suas relações com o Brasil*. Tese apresentada no XLII Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco – MRE, 2001.
- El Centro Carter y el Proceso de Construcción de Paz en Venezuela, Junio 2002-Febrero 2005 – *Resumen*. Disponível em <<https://www.cartercenter.org/documents/2022.pdf>>. Acessado em 15/09/2015.

ESTADÃO. Navio brasileiro chega com gasolina à Venezuela. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,navio-brasileiro-chega-com-gasolina-a-venezuela,20021228p51680>>. Acessado em 15/09/2015.

FIORI, José Luís. Os Estados Unidos e a América do Sul no início da segunda década do Século XXI. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/A-insercao-do-Brasil-e-da-America-do-Sul-na-segunda-decada-do-seculo-XXI/6/15610>>. Acessado em 15/09/2015.

GALVÃO, Thiago Gehre. Uma História de Parceria: As Relações entre Brasil e Venezuela (1810-2012). Belo Horizonte: Ed Fino Traço, 2012.

GRATIUS, Susane. O Brasil nas Américas: Potência regional pacificadora? Disponível em: <[http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/Publicacao\\_4657\\_em\\_17\\_11\\_2008\\_23\\_52\\_55.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/Publicacao_4657_em_17_11_2008_23_52_55.pdf)>. Acessado em 15/09/2015.

HIRST, Monica Ellen Seabra. As Relações Brasil-Estados Unidos Desde uma Perspectiva Multidimensional: Evolução Contemporânea, Complexidades Atuais e Perspectivas para o Século XXI. Dissertação de doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

MAYA, Margarita Lopes. Venezuela 2001-2004: actores y estrategias. CDC, Caracas, v. 21, n. 56, agosto 2004. Disponível em <[http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1012-25082004000200006&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082004000200006&lng=es&nrm=iso)>. Acessado em 15/09/2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Nota sobre a Situação na Venezuela. Nota à imprensa nº 466, publicada no sítio eletrônico do MRE em 26/11/2002.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Comunicado do Grupo do Rio sobre a "Declaração contra a Violência, pela Paz e a Democracia" assinada entre o Governo da Venezuela e a *Coordinadora Democrática*. Nota à imprensa nº 63, publicada no sítio eletrônico do MRE em 20/02/2003.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela. Nota à imprensa nº 68, publicada no sítio eletrônico do MRE em 28/02/2003.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Entrevista Concedida por ocasião da Reunião do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela. Nota à imprensa nº 85, publicada no sítio eletrônico do MRE em 11/03/2003.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Discurso do Vice-Presidente José de Alencar por época de visita do Vice-Presidente da Venezuela ao

Brasil, José Rangel. Nota à imprensa nº 98, publicada no sítio eletrônico do MRE em 18/03/2003.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Aula Magna do Ministro Celso Amorim à turma do Rio Branco. Nota à imprensa nº 120, publicada no sítio eletrônico do MRE em 10/04/2003.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Comunicado à imprensa do MRE por época da visita da Ministra das Relações Exteriores do Chile, Soledad Alvear. Nota à imprensa nº 125, publicada no sítio eletrônico do MRE em 15/04/2003.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela sobre o Acordo entre o Governo e a *Coordinadora Democrática*. Nota à imprensa nº 127, publicada no sítio eletrônico do MRE em 15/04/2003.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela sobre o Acordo entre o Governo e a *Coordinadora Democrática*. Nota à imprensa nº 186, publicada no sítio eletrônico do MRE em 27/05/2003.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Assinatura do Acordo entre o Governo da Venezuela e a *Coordinadora Democrática*. Nota à imprensa nº 202, publicada no sítio eletrônico do MRE em 02/06/2003.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Diplomacia e Militarismo: o Projeto Calha Norte e a Ocupação do Espaço Amazônico. Disponível em <[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=6857&Itemid=368](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=6857&Itemid=368)>. Acessado em 15/09/2015.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil, a América Latina e a Segurança Regional. Disponível em <[http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos\\_Elet/Alas/Shiguenoli%20Miyamoto.pdf](http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/Alas/Shiguenoli%20Miyamoto.pdf)>. Acessado em 15/09/2015.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Relatório do Secretário-Geral da OEA, César Gaviria, em Cumprimento à Resolução CP/RES. 811 (1315/02), “Situação na Venezuela”. Disponível em <[http://www.oas.org/xxxiiga/portugues/documentos/relatorio\\_venezuela.htm](http://www.oas.org/xxxiiga/portugues/documentos/relatorio_venezuela.htm)>. Acessado em 15-09-2015.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. Disponível em <[http://brasilnomundo.org.br/wp-content/uploads/2015/04/046\\_A.America.do\\_.Sul\\_.como\\_.espaço.Geopolitico.e.Geo-economico\\_Cristina.Pecequilo.pdf](http://brasilnomundo.org.br/wp-content/uploads/2015/04/046_A.America.do_.Sul_.como_.espaço.Geopolitico.e.Geo-economico_Cristina.Pecequilo.pdf)>. Acessado em 15/09/2015.



PECEQUILO, Cristina Soreanu. As Relações Brasil-Estados Unidos. Belo Horizonte: Ed Fino Traço, 2012.

PECEQUILO, Cristina Soreanu & CARMO, Corival Alves do. O Brasil e a América do Sul: Relações Regionais e Globais. Rio de Janeiro: Ed Alta Books, 2015.

PHILLIPS, Michael M. & KARP, Jonathan – The Wall Street Journal. Venezuela Crisis Tests U.S.–Brazil Relationship. Disponível em <[www.wsj.com/articles/SB1042755628466542064](http://www.wsj.com/articles/SB1042755628466542064)>. Acessado em 15/09/2015.

RAMIS, Neus. La OEA y la promoción de la democracia en las Américas: un objetivo en construcción. Barcelona: Institut Català Internacional per la Pau, 2010.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. Disponível em < <http://www.minci.gob.ve/wp-content/uploads/2011/04/CONSTITUCION.pdf> >. Acessado em 15/09/2015.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Ley Orgánica de Hidrocarburos. Disponível em <<http://www.pgr.gob.ve/dmdocuments/1999/36793.pdf>>. Acessado em 15/09/2015.

REY, Valquíria. Lula defende EUA no 'grupo de amigos' da Venezuela. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2003/030116\\_lulabg.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2003/030116_lulabg.shtml)>. Acessado em 15/09/2015.

RIBEIRO, Vicente. Disputa pelo controle do petróleo e radicalização do processo bolivariano na Venezuela: caminhos para a emergência do socialismo do século XXI. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/sessao3/vicente\\_ribeiro\[1\].pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/sessao3/vicente_ribeiro[1].pdf) >. Acessado em 15/09/2015.

RICUPERO, Rubens. "Brasil, América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular", in José Augusto Guilhon Albuquerque (org.), *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): Crescimento, modernização e política externa* (v. 1). São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996.

SANTISO, Carlos. Promoção e Proteção da Democracia na Política Externa Brasileira. Contexto int., Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 397-431, Dec. 2002. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292002000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292002000200002&lng=en&nrm=iso)> . Acessado em 15/09/2015.

SOUSA, Helena Massote de Moura e. A Organização dos Estados Americanos e o Compromisso Coletivo com a Democracia Representativa: do Compromisso de Santiago à Carta Democrática Interamericana. Dissertação de mestrado, Instituto Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

SPEKTOR, Matias. 18 dias: Quando Lula e FHC se Uniram para Conquistar o apoio de Bush. Rio de Janeiro: Ed Objetiva, 2014.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. Brazil, the United States, and the South American Subsystem: Regional Politics and the Absent Empire. Lanham\New York: Ed. Lexington Books, 2012.

URT, João Nackle. A lógica da construção de confiança: relações Brasil-Suriname entre 1975 e 1985. Rev. bras. polít. int., Brasília , v. 53, n. 2, p. 70-87, 2010. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292010000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 15/09/2015.